



**07 DE ABRIL DE 2015**

**Terça-feira**

- METALÚRGICOS DA CHERY FAZEM GREVE NA FÁBRICA DE JACAREÍ
- GOVERNO BUSCA COMPENSAR PERDA COM MUDANÇAS NO ICMS
- MERCADO ELEVA A PROJEÇÃO DE INFLAÇÃO PELA 14ª SEMANA
- FITCH PREVÊ QUEDA NA LUCRATIVIDADE DOS BANCOS BRASILEIROS
- MARCELO GASPARINO É ELEITO PRESIDENTE DO CONSELHO DA USIMINAS, MOSTRA ATA
- O BRASIL APARECE BEM NO EMPREENDEDORISMO
- TERCEIRIZAÇÃO - PERIGO À VISTA
- MANIFESTO CRITICA POLÍTICA INDUSTRIAL
- CUT ESPERA REUNIR 10 MIL PESSOAS EM ATO EM SÃO PAULO
- PRESSA
- FISCO DIVULGA TABELA PARA RETENÇÃO DO IR SOBRE PLR
- ADESÃO DO BRASIL A BANCO ASIÁTICO É QUESTIONADA POR ESPECIALISTAS
- CODELCO É PRIMEIRA MINERADORA DO MUNDO A ADOTAR INTERNET INDUSTRIAL
- PRIMEIRO NAVIO DE MINERAÇÃO NO FUNDO DO MAR TERÁ GERADORES DA ROLLS-ROYCE
- 72% DOS CEOS DA MINERAÇÃO PRETENDEM REDUZIR CUSTOS
- RIO TINTO IMPLANTA CAMINHÕES E TREM AUTÔNOMOS EM MINA NA AUSTRÁLIA
- SISTEMAS DE MONITORAMENTO E GESTÃO DA SANDVIK MINING AUMENTAM PRODUTIVIDADE
- GOVERNO AUTORIZA REAJUSTE DE 9,3% NAS TARIFAS DE SERVIÇOS DOS CORREIOS
- EMPRESÁRIOS E TRABALHADORES PEDEM MUDANÇAS PARA RECUPERAÇÃO DA INDÚSTRIA
- PEDIDOS DE FALÊNCIA CRESCEM 57,3% EM MARÇO, INDICA SERASA EXPERIAN
- APÓS CONVERSA COM LEVY, JUCÁ PROPÕE UNIFICAR ALÍQUOTA DE ICMS
- COMISSÃO ESPECIAL SOBRE MUDANÇAS NO SUPERSIMPLES SERÁ INSTALADA NESTA

## TARDE

- INDÚSTRIA CRESCE EM OITO ESTADOS EM FEVEREIRO, APESAR DE QUEDA NACIONAL
- BRASIL CAI 14 POSIÇÕES NO RANKING GLOBAL DE COMÉRCIO ELETRÔNICO EM 2015
- IVECO VAI INVESTIR R\$ 650 MILHÕES EM NACIONALIZAÇÃO
- SETOR DE FERRAMENTAS FECHA TRIMESTRE EM FORTE QUEDA
- CONSUMO DE AÇO NO PAÍS DEVE VOLTAR AO PATAMAR DE 2007
- GE INVESTE EM CENTROS DE SERVIÇOS PARA AEROGERADORES
- ATUALIZAÇÃO DE TABELAS SE DEVE A IPI E AUMENTO DE CUSTO, DIZEM MONTADORAS
- EXECUTIVOS DA MINERAÇÃO MUNDIAL ACREDITAM NO CRESCIMENTO EM 2015
- EXPORTAÇÃO DE PLACAS DE AÇO PRODUZIDAS NO ESTADO RENDE R\$ 1,5 BILHÃO À ARCELORMITTAL
- AMÉRICA LATINA: IMPORTAÇÕES CHINESAS DE AÇO LAMINADO CRESCEM 41% EM JAN-FEV 2015, APONTA ALACERO
- CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA NO PAÍS DEVE CAIR 0,5% ESTE ANO, PROJETA EPE
- PRODUÇÃO INDUSTRIAL ENCOLHE EM 6 DE 14 REGIÕES EM FEVEREIRO, DIZ O IBGE
- GOVERNO AUTORIZA REAJUSTE DE 9,3% NAS TARIFAS DE SERVIÇOS DOS CORREIOS
- MINERADORAS ESTÃO PRÓXIMAS DO LIMITE
- REGRAS PARA CONCESSÕES PODEM DESTRAVAR APORTES EM INFRAESTRUTURA
- MALHA METROFERROVIÁRIA AUMENTOU 3% EM 2014
- A NOVA BOLHA
- MERCADO EM QUEDA, NOVATOS EM ALTA

<b>CÂMBIO</b>		
<b>Em 07/04/2015</b>		
	Compra	Venda
Dólar	3,111	3,111
Euro	3,375	3,377

Fonte: BACEN

## **Metalúrgicos da Chery fazem greve na fábrica de Jacareí**

07/04/2015 - Fonte: Gazeta do Povo

Nove meses após a inauguração de sua unidade de produção em Jacareí (SP), a montadora chinesa Chery enfrenta uma paralisação de seus 470 funcionários. De acordo com o Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos, a greve é uma forma de pressionar a montadora a reconhecer a convenção coletiva da categoria, cumprindo os salários e direitos dos trabalhadores do setor automotivo.

Desde a inauguração, a empresa chinesa até agora não assinou a convenção. Segundo o sindicato, a Chery paga um piso salarial de R\$ 1.199 para montador, enquanto um trabalhador com a mesma função na General Motors ganha R\$ 3.500.

## **Governo busca compensar perda com mudanças no ICMS**

07/04/2015 - Fonte: Gazeta do Povo

O senador Romero Jucá (PMDB-RR), segundo-vice-presidente do Senado, afirmou nesta segunda-feira (6) que o governo federal bolou uma "estratégia técnica" para compensar a perda de receita dos estados com as possíveis mudanças na alíquota do ICMS.

O plano é convencer o Congresso a aprovar o projeto de reforma do imposto. O peemedebista se reuniu com o ministro da Fazenda, Joaquim Levy, nesta segunda. O assunto seria levado para discussão entre líderes do Senado e o presidente, Renan Calheiros (PMDB-AL).

"O governo entra com a equalização da perda de ICMS. Não precisa ser necessariamente um fundo, pode ser um outro instrumento, como, por exemplo, um plano de investimentos, para equalizar a perda de receitas, se for o caso. Vai depender do caso e da situação", disse Jucá, após deixar o gabinete do ministro Joaquim Levy.

Segundo o senador, o uso da nota fiscal eletrônica torna mais fácil a realização de análises das movimentações entre estados e a elaboração de projeções com as alíquotas vigentes.

Jucá disse ainda que o governo determinou a realização desses estudos para que o tema possa ser debatido com mais profundidade na Comissão de Assuntos Econômicos até o fim de maio.

### ***Indexador***

Na reunião também foi tratada a proposta para emenda no projeto que muda o indexador das dívidas dos estados e municípios.

"Provavelmente haverá uma emenda, e a matéria voltará à Câmara dos Deputados. A emenda para definir o prazo de regulamentação e a devolução do recurso que for a juízo", afirmou o senador.

Jucá não detalhou quem fará a emenda, mas frisou que, após esta alteração, a regulamentação estará pronta para ser votada, o que, segundo ele, pode ocorrer "rapidamente".

Como está, o projeto obriga o governo Dilma a adotar, em 30 dias, mecanismo que reduz o valor que governadores e prefeitos precisam repassar aos cofres da União.

## **Mercado eleva a projeção de inflação pela 14ª semana**

07/04/2015 - Fonte: Gazeta do Povo

Se o próprio Banco Central já "jogou a toalha" em relação ao cumprimento da meta de inflação para este ano, o mercado financeiro elevou pela 14ª semana consecutiva sua projeção para a alta de preços medida pelo IPCA em 2015.

De acordo com o Relatório Focus divulgado nesta segunda-feira (06), a estimativa do grupo de economistas ouvido pela autoridade monetária passou de 8,13% para 8,20%. Há um mês, a previsão para a alta de preços de 2015 era de 7,77%.

No fim do mês passado, o BC disse esperar uma inflação de 7,9% este ano, bastante acima do teto da meta que comporta uma alta de preços de até 6,5%. O mercado financeiro também manteve a aposta de que o Produto Interno Bruto (PIB) de 2015 ficará negativo em torno de 1%, aumentando ligeiramente a estimativa de retração para 1,01% este ano.

## **Fitch prevê queda na lucratividade dos bancos brasileiros**

07/04/2015 - Fonte: Gazeta do Povo

A lucratividade dos bancos brasileiros diminuirá em 2015, refletindo o aumento das despesas com provisões para calotes, em meio a um cenário econômico menos favorável, apontou a agência de classificação de risco Fitch em relatório emitido nesta segunda-feira (06).

A redução da lucratividade dependerá da capacidade de cada banco de sustentar as margens líquidas, disse a Fitch, acrescentando que acredita que as instituições públicas deverão ser mais afetadas, embora em níveis administráveis. Mesmo assim, o relatório aponta que as notas de risco dos bancos brasileiros permanecem, até o momento, inalteradas.

## **Marcelo Gasparino é eleito presidente do Conselho da Usiminas, mostra ata**

07/04/2015 - Fonte: Reuters

O advogado Marcelo Gasparino foi eleito presidente do Conselho de Administração da siderúrgica Usiminas, mostrou ata de assembleia geral extraordinária realizada na segunda-feira e divulgada durante a madrugada.

A ata confirma informação de uma fonte à Reuters na véspera afirmando que Gasparino havia sido eleito, após a outra possível candidata, Rita Rebelo de Assis Fonseca, não ter aceitado indicação de acionistas pela falta de consenso entre os controladores.

Gasparino vai substituir o atual presidente do Conselho Paulo Penido, alinhado à Nippon Steel e que seguirá sendo conselheiro da Usiminas.

Foram eleitos ainda como novos membros do Conselho o empresário Lírio Parisotto, como membro efetivo, Yoichi Furuta, Gileno Antônio de Oliveira, Oscar Montero Martinez, Pablo Daniel Brizzio, Mario Giuseppe Galli e Mauro Gentile da Cunha, como membros suplentes.

## **O Brasil aparece bem no empreendedorismo**

07/04/2015 - Fonte: Estado de S. Paulo

A taxa de empreendedorismo no Brasil subiu de 23%, em 2004, para 34,5%, em 2014, segundo a pesquisa Global Entrepreneurship Monitor, realizada no País pelo Sebrae e pelo Instituto Brasileiro de Qualidade e Produtividade (IBQP). O levantamento envolve quase 100 países que respondem por 90% do PIB mundial, e o Brasil aparece à frente de China (26,7%), dos EUA (20%), do Reino Unido (17%), do Japão (10,5%) e da Índia (10,2%).

Três em cada 10 brasileiros com idades entre 18 e 64 anos já têm negócio próprio ou buscam criar uma empresa. E não é um efeito do desemprego crescente: os novos empreendedores vislumbram oportunidades e investem em ideias, com o capital que conseguiram reunir e disposição para o trabalho.

Como disse ao Estado (29/3) o presidente do Sebrae, Luiz Barretto, o recorde de empreendedores no País vem junto com o aumento da formalização de empresas. Foi possível agregar mais empreendimentos conduzidos por mulheres e maior número de pessoas de renda média, cujo maior sonho - após a casa própria e viajar pelo País - é ter seu próprio negócio.

As regras tributárias deram alento ao empreendedorismo. Micro e pequenas empresas com receita anual de até R\$ 3,6 milhões adotam o Supersimples e recolhem oito tributos federais, estaduais e municipais por meio de uma guia. A carga tributária razoável também ajudou.

Quando o Simples Nacional foi criado, em 1996, abrangia poucos ramos de atividade e o Fisco temia a queda da arrecadação. A desconfiança passou. O sistema foi ampliado e hoje abarca quase todos os serviços. Em 2014, ano de queda das receitas tributárias, houve alta de 7% na arrecadação. E as micro e pequenas empresas geraram 3,5 milhões de empregos entre 2011 e 2014.

A lição é clara: a redução da burocracia e da carga tributária contribuiu para estimular a iniciativa privada sem deprimir a arrecadação. A simplificação ajudou a coibir a sonegação. Empresas enquadradas no Supersimples e que ficaram inadimplentes são excluídas do sistema.

O vigor do empreendedorismo também se explica pela terceirização de serviços de suporte à atividade-fim de muitas empresas de porte. Isso permite economia de custos, evitando elevar a folha de pagamentos.

Calcula-se que 70% das micro e pequenas empresas sobrevivem após dois anos de atividade. A não interferência do governo foi decisiva para elas.

## **Terceirização - perigo à vista**

07/04/2015 - Fonte: Estado de S. Paulo

Na reta final das discussões da regulamentação da terceirização, o Projeto de Lei n.º 4.330/2004 enfrenta dois obstáculos que precisam ser superados.

O primeiro diz respeito à possibilidade de terceirizar uma "parcela de qualquer atividade da empresa contratante" (sic). O segundo se refere à tentativa de atrelar a negociação coletiva dos empregados da contratada ao sindicato dos empregados da contratante.

Para entender o risco inerente à expressão "parcela de atividade", pergunto: o que é uma parcela de atividade? A expressão é vaga e não condiz com a necessária precisão que as leis devem ter. Palavras obscuras ou sem nexos geram ações judiciais.

E se a Justiça do Trabalho entender que a tal "parcela" se refere à atividade-meio da empresa contratante? Neste caso, tudo ficará como está, pois a restrição imposta pela Súmula 331 do Tribunal Superior do Trabalho é a causadora da maior confusão neste campo.

O segundo problema é a ideia de atrelar a negociação coletiva dos empregados da contratada ao sindicato dos empregados da empresa contratante. Isso é inviável na prática. Explico.

A terceirização é um processo de divisão de trabalho realizado de variadas maneiras. Há contratos de terceirização em que uma contratada serve apenas uma contratante com um quadro de pessoal fixo.

Há outros em que a mesma contratada serve várias contratantes. Os contratos podem envolver empregados por prazo indeterminado, por prazo determinado, em tempo parcial, em regime de trabalho temporário e até autônomos.

Há tarefas que se realizam uma só vez. Outras que são recorrentes. Há as que se estendem por longo prazo. Num só contrato pode haver os três tipos. Em suma, a diversidade é a marca da terceirização.

Querer padronizar tudo e, por cima, que o sindicato dos empregados da contratante negocie um acordo ou uma convenção coletiva para os empregados da contratada é inexequível. Dou alguns exemplos.

Quando os mesmos profissionais de uma contratada trabalham simultaneamente para diferentes contratantes - as empresas A, B e C -, qual seria o acordo coletivo aplicável aos trabalhadores da contratada? O da A, o da B ou o da C? É isso o que ocorre quando eletricitistas, carpinteiros, pintores e vidraceiros que são empregados de determinada contratada prestam serviços a várias contratantes.

A inviabilidade do pretendido "cruzamento sindical" tem consequências graves para os trabalhadores. Como fica o salário dos empregados de uma contratada quando esta desloca parte dos seus colaboradores para prestar serviços em outra contratante cujo acordo ou convenção coletiva prevê salários mais baixos?

A contratada reduziria os salários dos seus empregados? E se estes não concordassem? Estaria aí, é claro, um potencial explosivo de novos conflitos para tumultuar ainda mais a vida dos juízes do Trabalho, que hoje em dia se deparam com a impossível missão de resolver 3 milhões de ações trabalhistas por ano.

Por mais que se queira defender o cruzamento sindical, não há condição prática para isso. Seria um absurdo o sindicato dos trabalhadores do setor petroquímico, por exemplo, negociar em nome de milhares de trabalhadores das centenas de empresas que prestam serviços a uma contratante que é produtora, refinadora e distribuidora de derivados de petróleo.

No mundo inteiro, quem negocia pelos empregados das prestadoras de serviços são os sindicatos que representam os empregados que trabalham nessas empresas. Alias, é desse modo que está estabelecido na Constituição federal. Qualquer desvio dessa regra agravará ainda mais o caos que hoje reina no campo da terceirização.

Espero que os parlamentares atentem para esses problemas e tomem providências para evitar a sua intempestiva implantação numa lei que é essencial para proteger os trabalhadores e dar segurança às empresas.

\*José Pastore é professor da FEA-USP, presidente do conselho de Emprego e Relações do Trabalho e membro da Academia Paulista de Letras.

## **Manifesto critica política industrial**

07/04/2015 - Fonte: Estado de S. Paulo

Entidades industriais e centrais sindicais se uniram nesta segunda-feira e lançaram a Coalizão Capital/Trabalho para a Competitividade e o Desenvolvimento da indústria de transformação.

No documento assinado por 42 entidades patronais e cinco lideranças sindicais, constam reclamações tradicionais do setor sobre a dificuldade com câmbio apreciado, juros elevados, cumulatividade de impostos e alta carga tributária.

A coalizão se credencia como apartidária e vinha sendo costurada desde o ano passado. O lançamento do manifesto estava previsto para março, mas foi adiado por causa das manifestações de 15 de março contra o governo.

“Não é contra governo. É um movimento apartidário, um grito de alerta para o desmonte da indústria de transformação”, afirmou Carlos Pastoriza, presidente da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq) - entidade que lidera a mobilização - ao Broadcast, serviço em tempo real da Agência Estado.

A presidente Dilma Rousseff não foi citada nominalmente por nenhum dos interlocutores nos discursos. Apenas alguns integrantes da plateia gritaram de forma isolada “Fora Dilma”.

A indústria tem sido o setor da economia mais afetado pela desaceleração econômica e ainda não conseguiu se recuperar dos efeitos da crise internacional. Em fevereiro, por exemplo, a produção industrial despencou 9,1% na comparação com o mesmo mês de 2014. Foi a maior queda da produção desde julho de 2009. Gerdau disse estar ‘emocionado e até irritado’ com a política econômica.

**Críticas.** Antes aliado e conselheiro do governo Dilma, o empresário Jorge Gerdau Johannpeter integra a coalizão e se mostrou, segundo disse, “emocionado e até irritado” com a condução da política econômica. Gerdau pediu exoneração da presidência da Câmara de Gestão - criada em 2011 - do governo Dilma no fim do ano passado.

O empresário condenou a cumulatividade de impostos, com 10% a 15% de tributos “escondidos” ao longo da cadeia produtiva, câmbio não competitivo sustentado por uma “política artificial” e juros “lá em cima”.

Os discursos mais acalorados vieram dos sindicalistas. “Se o juro não baixar, o Brasil vai parar”. “Acabar com a indústria brasileira é acabar com o emprego também”, afirmou o presidente da Central Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB), Ubiraci Dantas de Oliveira.

O presidente da Força Sindical, Miguel Torres, afirmou que a pauta apresentada repete “o grito de alerta” organizado pelas mesmas entidades em 2011. Na ocasião, disse ele, não houve qualquer avanço.

“Temos praticamente a mesma pauta, que só atualizamos, pois a crise piorou ainda mais”, disse. Segundo Torres, a Central Única dos Trabalhadores (CUT) - próxima ao governo - participou das discussões e em parte apoia o movimento.

“Mas lá há problemas internos”, disse. A CUT tem feito manifestações para contrapor aos protestos, mas sem deixar de criticar medidas de ajuste fiscal - planeja uma manifestação para esta terça-feira.

**Investigação.** A reação do setor empresarial vem em um momento delicado. Afora os problemas na economia, grandes empresas estão em investigação em duas operações da Polícia Federal e do Ministério Público, a Lava Jato, envolvendo esquema de corrupção na Petrobrás, e a Zelotes, que averigua um esquema de compra de sentenças no “tribunal” na Receita Federal, o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf).

Fora da coalização, o presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Paulo Skaf, relativizou a importância do movimento.

Ao ser questionado sobre o que pensa sobre a iniciativa, Skaf disse entender que o momento pelo qual passa o Brasil já é de muita confusão. “Não é adianta você jogar mais gasolina na fogueira, que já está forte”, disse.

## **CUT espera reunir 10 mil pessoas em ato em São Paulo**

07/04/2015 - Fonte: Estado de S. Paulo

A CUT (Central Única dos Trabalhadores) espera reunir cerca de 10 mil pessoas no protesto marcado para esta terça-feira (7) em São Paulo.

O total de manifestantes esperados é menor do que o calculado pelo Datafolha no dia 13 de março, quando cerca de 40 mil participaram de ato na capital paulista com centrais sindicais e movimentos sociais em defesa da Petrobras e da presidente Dilma Rousseff.

A manifestação desta terça tem como pauta principal protestar contra a aprovação [do PL 4330](#), que regulamenta a terceirização em contratos de trabalho, e defender bandeiras como a democracia e a reforma política.

Para a CUT em São Paulo, por ser um ato com uma pauta mais específica do que o anterior, o número de participantes deve ser menor e mais restrito a militantes dos movimentos sindicais e sociais.

Em Brasília, contudo, a CUT espera que o protesto reúna mais manifestantes do que no mês passado. O projeto de lei sobre terceirização deve ser colocado em votação nesta terça na Câmara.

A central sindical acredita que levará para a frente do Congresso de 3.000 a 4.000 pessoas. Em março, o protesto reuniu, segundo a Polícia Militar, cerca de mil.

As manifestações desta terça estão programadas para São Paulo, Brasília, Belo Horizonte, Salvador, entre outras capitais. O MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) e a UNE (União Nacional dos Estudantes) estão entre as entidades sociais que participam do protesto.



07/04/2015 - Fonte: Estado de S. Paulo

Foi até uma boa surpresa, mas 2014 não passará à história como um ano de recessão na economia brasileira –houve um crescimento residual de 0,1%, segundo os cálculos do IBGE, agora fundamentados em nova metodologia.

A presidente Dilma Rousseff terminou seu primeiro mandato de quatro anos entregando um crescimento médio anual de 2,1% e expansão média anual do PIB per capita de 1,2%, novamente segundo cálculos do IBGE.

O indicador que mede o PIB per capita é talvez o mais adequado para avaliar um período, porque mostra o real índice de enriquecimento ou empobrecimento da população. Nada adiantaria a economia crescer 5%, por exemplo, se a população aumentasse 6% –nesse caso, haveria um empobrecimento médio.

No Brasil vem ocorrendo o contrário. Mesmo com a expansão modesta do PIB, ela tem sido superior, em média, à da população, que está abaixo de 1% ao ano. [Uma curiosidade: o "relógio" do IBGE indica que já somos 204 milhões de brasileiros e que, a cada 19 segundos, a população aumenta em uma pessoa]

Voltando ao PIB, porém, resta dizer que os dados divulgados pelo IBGE há alguns dias são desanimadores. O país não entrou em recessão no ano passado, mas está estagnado. E a estagnação tem tudo a ver com a persistente queda do nível dos investimentos públicos e privados no país –no ano passado, a redução foi de 4,4%.

Investimento tem a ver com confiança. O setor privado, responsável pela maior parte dos investimentos, não voltará a investir com determinação enquanto a economia não apresentar alguma reação.

Os números confirmam a situação ruim da indústria, que teve uma queda de produção de 1,2% no ano passado. Na indústria de transformação, a recessão foi mais severa: 3,8%, denotando um ambiente claramente desfavorável para o setor tanto interna, pela queda do consumo, quanto externamente, pela perda de competitividade da produção brasileira. No primeiro bimestre deste ano, a indústria teve uma queda anual espantosa, de 7,1%.

Apesar dessa sequência de números alarmantes, não se pode cultivar o catastrofismo. A maior ameaça que sofre uma família ou um país é a do desemprego. A situação atual nessa área ainda não é dramática e é preciso impedir a todo custo que ela assim se torne, invertendo o mais rapidamente possível a tendência recessiva, que gera desemprego.

Saúdo aqui uma aparente mudança de comportamento dos integrantes da equipe econômica do governo. Eles deixaram o discurso único do ajuste fiscal e da austeridade e voltaram a falar em política econômica e crescimento. Prometem a retomada da economia a partir do terceiro trimestre.

Espero que estejam certos, mas isso exige mais do que palavras. Para destruir menos empregos, o ajuste fiscal, indiscutivelmente necessário, tem de ser mais focado em corte de gastos públicos correntes do que em aumentos de impostos e tarifas que atinjam o bolso da população –estima-se que 85% do esforço fiscal até agora anunciado pelo governo tenha sido bancado pelos contribuintes e consumidores.

A volta do crescimento depende principalmente do investimento privado. E isso só virá com a puxada no investimento público e a recuperação da credibilidade, da crença do empreendedor a respeito do aumento da demanda de produtos e serviços.

A crença não é tudo. Também faltam condições de financiamento dos investimentos. Não haverá estímulos para investir em produção enquanto os juros internos continuarem nesse nível –a Selic está em 12,75% e deve subir para 13%. Além disso, o Conselho Monetário Nacional aumentou a TJLP, taxa dos financiamentos de longo prazo do BNDES, de 5,5% para 6%.

Propaga-se que o papel do BNDES deixará de ser o de financiador principal e passará a ser o de estimulador de projetos, o que torna indispensável a busca de uma nova estrutura de financiamento com maior participação do setor privado a juros civilizados.

Acabou o primeiro trimestre. A produção, na melhor das hipóteses, continua estagnada. É urgente e até patriótico trabalhar medidas que possam acelerar a volta do crescimento. E não custa lembrar que existe uma fórmula perfeita para paralisar a economia: cortar investimento público e elevar juros.

(Benjamin Steinbruch- É empresário, diretor-presidente da CSN, presidente do conselho de administração e 1º vice-presidente da Fiesp.)

### **Fisco divulga tabela para retenção do IR sobre PLR**

07/04/2015 - Fonte: Folha de S. Paulo

A tabela anual usada para calcular o Imposto de Renda na fonte sobre a participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados das empresas (PLR) foi corrigida pelos mesmos percentuais da tabela mensal incidente sobre a renda das pessoas físicas.

A nova tabela, em vigor desde o dia 1º deste mês, teve reajustes escalonados (de 6,5% a 4,5%) por faixa de tributação. Quanto maior a faixa, menor a correção.

Pela nova tabela, estão isentos do IR os rendimentos de PLR até R\$ 6.677,55 (a correção foi 6,5%). A segunda faixa (alíquota de 7,5%) teve correção de 5,5% e agora abrange valores de R\$ 6.677,56 a R\$ 9.922,28, com parcela a deduzir de R\$ 500,82.

A terceira faixa, que é tributada em 15%, foi corrigida em 5% e abrange valores de R\$ 9.922,29 a R\$ 13.167,00, com dedução de R\$ 1.244,99.

A quarta faixa (alíquota de 22,5%) teve correção de 4,5% e abrange valores de R\$ 13.167,01 a R\$ 16.380,38, com dedução de 2.232,51. Valores acima de R\$ 16.380,38 serão taxados em 27,5%, com dedução de R\$ 3.051,53.

A PLR está sujeita à tributação do IR apenas na fonte, em separado dos demais rendimentos recebidos no mês pelo trabalhador. A tributação é feita pela tabela anual, e não integrará a base de cálculo na declaração do IR.

### **84 - Tive carro roubado em 2014. Como declaro o valor pago pela seguradora? (J.E.U.C.).**

Na ficha Bens e direitos, no campo Discriminação, após os dados do veículo (já declarado), indique o roubo, o número do BO e o valor pago pela seguradora. Repita o valor do campo 2013 e deixe em branco o de 2014.

Na linha 24 da ficha Rendimentos isentos e não tributáveis, informe a parcela do valor recebido da seguradora que exceder (se for o caso) o valor pelo qual o veículo estava declarado.

## **85 - Sou funcionário público estadual e recebo diárias para cobrir despesas de viagem fora do domicílio. Como declaro esses valores? (U.C.P.).**

O valor das diárias, destinadas a cobrir despesas de alimentação e pousada, é isento. Informe na linha 24 da ficha Rendimentos isentos e não tributáveis.

### **Adesão do Brasil a banco asiático é questionada por especialistas**

07/04/2015 - Fonte: Estado de S. Paulo

O anúncio de que o Brasil será membro-fundador do novo banco asiático de investimento liderado pela China causou surpresa e certa estranheza entre especialistas. A questão principal é se o país tem fôlego político e financeiro para integrar mais uma instituição multilateral, enquanto vive um dos piores momentos de instabilidade política e desaquecimento econômico dos últimos anos.

A decisão foi anunciada num comunicado curto emitido pelo Palácio do Planalto na noite de sexta (27), quatro dias antes de vencer o prazo para a entrada de membros-fundadores.

Segundo a nota, o Brasil foi convidado pela China para participar, mas não está claro como o convite foi feito, já que ele não passou pela embaixada brasileira em Pequim. Os chanceleres do Brasil e da China conversaram sobre o assunto por telefone no sábado, depois do anúncio do Planalto.

Lançado em Pequim em outubro, o Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura (AIIB, na sigla em inglês), tem como objetivo financiar projetos de infraestrutura, principalmente na região. A expectativa é que o banco entre em operação em 2016, com um capital inicial de US\$ 50 bilhões (R\$ 157,5 bilhões), podendo chegar a US\$ 100 bilhões (R\$ 315 bilhões).

O anúncio do Planalto não indica qual será o investimento inicial do Brasil, até porque os termos do acordo de fundação do banco ainda estão sendo negociados. Segundo diplomatas que acompanham o assunto, a tendência é que a participação brasileira seja "simbólica". Mesmo assim, embarcar no projeto deixou muita gente intrigada.

"Fiquei surpreso, porque o Brasil já tem muito com que se preocupar, incluindo o seu comprometimento com o Banco dos Brics e todos os desafios domésticos, como a economia" disse Matt Ferchen, especialista em relações China-América Latina da Universidade Tsinghua, em Pequim. "Acho que o motivo foi mostrar apoio à China, se foi por pressão ou desejo espontâneo eu não sei".

Para Ferchen, a sensação é de que o Brasil já tem um desafio grande o suficiente no Brics para querer se lançar em novos projetos. Criado em julho em Fortaleza, o Banco de Desenvolvimento dos Brics contará com capital inicial de US\$ 50 bilhões, dividido igualmente entre os membros (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul). Mas a entrada do Brasil no banco –incluindo o aporte de US\$ 10 bilhões– ainda não foi ratificada pelo Senado.

Margaret Meyers, diretora para relações China-América Latina do centro de estudos Inter-American Dialogue, também ficou surpresa com a decisão do Brasil de entrar no banco asiático. "Diante das dificuldades econômicas que o Brasil vive, acho que não será politicamente fácil vender a ideia de aderir a um novo banco de desenvolvimento, especialmente sendo fora da América Latina", diz ela.

Para a China, o AIIB é a maior vitória diplomática em muito tempo. Lançado inicialmente por 21 países, o banco provocou uma corrida de interessados, incluindo as maiores

economias da Europa, apesar da oposição ativa dos Estados Unidos. Segundo o jornal "China Daily", 46 países se apresentaram como membros-fundadores antes do prazo final, na última terça (31).

Nos cálculos do Brasil ao entrar no AIIB há a dimensão econômica –o interesse de estar presente no mercado que mais cresce no mundo–, e outra política –uma reação à resistência dos EUA em aprovar a reforma das instituições multilaterais, como o FMI (Fundo Monetário Internacional). Um fato pouco conhecido é que o Brasil foi vetado por EUA e Japão quando pediu para ser membro do Banco Asiático de Desenvolvimento, há alguns anos.

A entrada do Brasil no AIIB é "uma clara demonstração da visão estratégica do governo", diz Zhao Changhui, do China Eximbank, o banco de exportação-importação da China. Para ele, a decisão tornará o país parte da tomada de decisões da cena asiática, o que vai melhorar o entendimento brasileiro de uma região-chave para a economia mundial.

"Além disso, o AIIB vai assimilar profissionais de todo o mundo, portanto jovens brasileiros talentosos poderão trabalhar no banco e ajudar na formação de quadros internacionais do país", disse Zhao.

Stephen Kaplan, da Universidade George Washington, entende que o interesse econômico em ganhar terreno na Ásia justifica o interesse brasileiro em ser membro do AIIB.

"Acho que há muitas oportunidades para o Brasil na Ásia e claramente esta será uma importante instituição", diz ele.

## **Codelco é primeira mineradora do mundo a adotar internet industrial**

07/04/2015 - Fonte: Notícias de Mineração

O consórcio coordena e gerencia esforços de colaboração entre indústria e governos para acelerar o crescimento do que é chamado de Internet Industrial.

Richard Soley, diretor executivo do Consórcio, que reúne 155 empresas, onde se destacam General Electric, IBM, Microsoft e Samsung, participou de uma oficina de tecnologia e inovação da Codelco para, a partir de sua experiência, implementar o conhecimento aplicado para a mineração e ver possíveis aplicações na internet industrial para as diferentes divisões.

Em seu discurso, Soley, compartilhou com os executivos da Codelco grandes mudanças em que a Internet transformou negócios para os consumidores.

"A tecnologia mudou tudo para o consumidor, e quase nada para as empresas. Há exemplos em todo o mundo de aplicação da tecnologia da Internet, tais como em bancos de varejo no mundo financeiro, música, relações sociais e cinema, entre outros ", disse o presidente do consórcio.

De acordo com ele, "a mineração é uma grande oportunidade para incorporar tecnologias viáveis hoje graças à internet. Assim será possível saber a localização de trabalhadores na mina, ferramentas e itens de segurança da mina e também seria possível regular questões como gás, pressão e o entorno, tais como caminhões autônomos, e comunicação entre eles e suas faixas ", disse.

A entrada para o IIC em dezembro de 2014, tornou a Codelco a primeira mineradora no mundo a fazer parte deste consórcio, o que implica uma constante troca de tecnologias com a experiência de outras empresas com as quais Codelco pode contribuir.

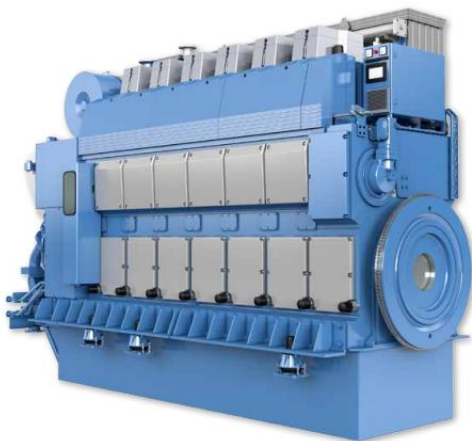
"Mais do que uma empresa de mineração, a Codelco é uma empresa de inovação e hoje temos oportunidades reais para melhorar a produção e agilizar cada um dos processos", disse o executivo.

Para Fidel Báez, gerente de Tecnologia e Inovação Codelco, em casos como o do Centro de Modelamento Matemático "há um avanço na inovação e essas iniciativas são bem-vindas. Estamos convencidos de que a tecnologia da informação pode contribuir para o desenvolvimento da Codelco".

No que diz respeito o que significa incorporar as diretrizes do IIC à Codelco, Báez disse que as iniciativas serão distintas para cada divisão, começando com El Teniente, onde vai se trabalhar o monitoramento sísmico da mina subterrânea. As informações são do website Latinomineria.

### **Primeiro navio de mineração no fundo do mar terá geradores da Rolls-Royce**

07/04/2015 - Fonte: Notícias de Mineração



A Rolls-Royce fornecerá seis unidades de seu novo grupo gerador a diesel de média velocidade B33:45 ao estaleiro chinês Fujian Mawei. O gerador equipará o primeiro navio de mineração, de 227 metros de comprimento e 40 metros de largura, construído para explorar o leito marítimo.

Também fazem parte da entrega, que será realizada a partir de março de 2016, três propulsores subaquáticos montáveis, dois propulsores azimutais retráteis e dois propulsores de proa.

O navio é projetado pela SeaTech Solutions, de Cingapura, para o proprietário Marine Assets Corporation (MAC), em Dubai. A embarcação será energizada por seis motores B33:45L9A que fornecerão 31,4 megawatts de energia.

O contrato marca o primeiro pedido múltiplo do motor B33:45 desde sua chegada oficial ao mercado, em setembro de 2014. Cada motor terá tecnologia de redução de catalisador seletivo em conformidade com o Tier 3, de acordo com normas norte-americanas de emissões.

Os motores B33:45 oferecem ainda, um aumento de 20% na potência por cilindro, ao mesmo tempo em que reduzem o consumo de combustível, as emissões e os custos operacionais ao longo da vida do equipamento.

"Este contrato é um passo importante no desenvolvimento de nossa nova família de motores de média velocidade projetados para atender a uma ampla gama de navios.

Estamos muito orgulhosos de que os grupos geradores B33:45 tenham sido selecionados para energizar este navio pioneiro, que estará na vanguarda de um novo capítulo da exploração submarina”, disse o Francisco Itzaina, presidente da Rolls-Royce para a América Latina.

Quando o navio for entregue, no final de 2017, ele operará sob fretamento de longo prazo da Nautilus Minerals no projeto Solwara 1, no Mar de Bismarck, na região offshore de Papua Nova Guiné. A embarcação extrairá cobre, ouro, prata e minério de alto teor do fundo do mar, em uma profundidade de 1,6 mil metros.

Segundo Itzaina, “a mineração em alto-mar é um setor novo e empolgante e, com nosso grande expertise em negócios offshore, estamos ansiosos por trabalhar com a Marine Assets Corporation e seus parceiros de forma a permitir que se tornem empresas pioneiras na extração de minérios valiosos do fundo do mar”.

Mark Reeves, Diretor de Operações da Marine Assets Corporation afirmou que a empresa possui uma longa história no uso de equipamentos de energia e propulsão da Rolls-Royce e por isso acredita no bom desempenho do navio.

“Desde que nos envolvemos neste projeto, ficou evidente que existe um enorme potencial na mineração submarina. A Nautilus é a líder de mercado neste segmento, e acredito o Solwara 1 é o primeiro projeto que de fato está saindo do papel.

Pesquisas e coletas de amostras realizadas no local comprovaram que o setor pode ser extremamente lucrativo em comparação com a mineração em terra, com conteúdo mineral por tonelada de minério consideravelmente superior ao das minas terrestres”, declarou. As informações são da Rolls-Royce.

## **72% dos CEOs da mineração pretendem reduzir custos**

07/04/2015 - Fonte: Notícias de Mineração

Cerca de 72% dos CEOs de grandes mineradoras implementarão um plano para reduzir custos nas empresas ao longo dos próximos 12 meses, segundo a 18ª pesquisa global da PricewaterhouseCoopers (PwC).

O estudo apontou que os executivos priorizam a simplificação dos modelos de negócios, colocando à venda ativos ou produtos dos portfólios para se concentrarem naqueles que são mais rentáveis e eficientes para desenvolver.

De acordo com a pesquisa da PwC, a principal preocupação dos CEOs são as mudanças regulatórias. Nesse quesito, a preocupação dos executivos do setor de mineração supera a média das outras indústrias em 18%, chegando a 84%.

Um dos entrevistados, Andrew Mackenzie, CEO da BHP Billiton, disse que outra preocupação da indústria está nos níveis de transparência dos mercados, que têm subido. “Mesmo assim, ainda há muito o que se fazer”, afirmou o líder da maior mineradora do mundo.

A declaração de Mackenzie vai ao encontro da afirmação de que os CEOs das mineradoras estão menos confiantes na melhora da economia mundial do que as indústrias em geral. São 18% confiantes do setor de mineração contra 37% de outros segmentos, de acordo com a pesquisa da PwC.

Com o cenário de mudanças e o preço da commodity em baixa, os CEOs dizem que a

estratégia para diminuir os riscos continuará sendo a primeira opção. Cerca de 44% planejam realizar novas parcerias nos próximos 12 meses.

Mais da metade das mineradoras tem a intenção de contratar mais pessoas este ano, mas somente 56% se preocupam se os novos empregados terão conhecimentos necessários para garantir a continuidade das operações. Segundo dados do estudo da PwC, 60% dos executivos disseram que a empresa que trabalham tem estratégias para atrair mais mão de obra.

O item mais de menor preocupação entre as prioridades dos CEOs do setor de mineração é a tecnologia. Somente 8% deles se preocupam com as mudanças tecnológicas e em como elas podem afetar o trabalho no seu setor. As informações são do portal Latinominería.

## **Rio Tinto implanta caminhões e trem autônomos em mina na Austrália**

07/04/2015 - Fonte: Notícias de Mineração

A Rio Tinto deu início ao processo de automatização das minas de minério de ferro que possui em Pilbara, na Austrália. A segunda maior mineradora do mundo implantou 57 caminhões sem motorista e testou o primeiro trem sem maquinista na mina da joint venture Hope Downs 4, controlada em conjunto com a Hancock Prospecting.

“Nós estamos apenas começando. Nós temos essas várias tecnologias e cada uma, de sua forma, está trazendo benefícios, mas ainda não estamos trabalhando em um sistema de automação da mina que está em pleno funcionamento”, disse Michael Gollschewski, diretor administrativo da Rio Tinto.

Segundo o executivo, a mineradora geralmente precisava de 60 motoristas para 15 caminhões. No entanto, com os caminhões autônomos, o número de empregados foi reduzido para oito. A equipe de manutenção, porém, aumentou.

“Falando de forma bruta, há cerca de um terço a menos de pessoas envolvidas no transporte, mas o nível geral de habilidade desse grupo aumentou. Nós provavelmente empregamos menos pessoas do que poderíamos ter feito”, disse Gollschewski.

A Rio Tinto detém 15 minas que produzem a commodity e segue aumentando a produção apesar da cotação do minério de ferro, que está abaixo de US\$ 50 a tonelada, segundo índice do Metal Bulletin para o minério com 62% Fe na modalidade CFR para entrega no porto de Qingdao.

“Há muitas tecnologias em que estamos trabalhando que começaram a se conectar, de forma que vão trazer eficiência no futuro”, afirmou o Gollschewski. O primeiro trem sem maquinista da Rio tinto foi apelidado de AutoHaul.

A Rio Tinto é a maior operadora de caminhões autônomos, tendo transportado mais de 200 milhões de toneladas de minério de ferro nos últimos anos, utilizando tecnologias de automação.

Em 2012, a mineradora informou que gastaria cerca de US\$ 500 milhões em trens autônomos com alta tecnologia que pudessem ser controlados por meio de um centro em Perth. Com isso, a Rio Tinto iria se desfazer de até 500 maquinistas.

A Rio Tinto possui o programa de inovação Mine of the Future, que visa tecnologias de automação para melhorar produtividade, eficiência e segurança. O programa foi lançado em 2008 e inclui parcerias com Atlas Copco e Komatsu.

No ano passado, a Rio Tinto lançou um centro de excelência de processos em Brisbane, na Austrália. Com informações do jornal australiano The Australian.

## **Sistemas de monitoramento e gestão da Sandvik Mining aumentam produtividade**

07/04/2015 - Fonte: Notícias de Mineração

A Sandvik Mining desenvolveu tecnologias avançadas de automação para aumentar a produtividade e segurança, assim como diminuir os custos de atividades de mineração. A companhia sueca oferece sistemas para gestão de informações em tempo real e monitoramento de equipamentos para operações de mineração subterrânea.

Dois dos carros-chefe do portfólio de automação da Sandvik são o Equipment Monitoring e o Production Management, que trabalham com a gestão de produção e monitoramento de equipamentos em operações de mineração.

As tecnologias da empresa sueca são projetadas para fornecer rastreamento em tempo real e controle de produção para equipamentos de mineração com operadores.

Os sistemas da Sandvik Mining fornecem informações online sobre a localização dos equipamentos, disponibilidade, utilização, condições e produtividade, assim como possíveis atrasos ou problemas, permitindo que a mineradora possa tomar medidas para corrigir problemas e não estourar o cronograma.

“O desenvolvimento da nossa oferta de sistemas de automação é resultado de anos de pesquisa contínua, desenvolvimento e colaboração com nossos clientes. Nossa oferta em automação fornece uma frota sofisticada, gestão de informação e ferramentas de interpretação que ajudam a reduzir o potencial para erros humanos, melhorar a eficiência operacional e ajudar a otimizar o processo de tomada de decisões na mineração”, disse Riku Pulli, vice-presidente de Automação de Minas da Sandvik Mining.

O Sandvik Equipment Monitoring oferece acesso fácil a dados referentes a produção e utilização e condição dos equipamentos, gerando relatórios no formato de páginas web HMI. O sistema também pode ser utilizado em um único equipamento ou em um amplo sistema de monitoramento de mina por meio de uma interface aberta com outros sistemas de tecnologia da informação para mineração.

O Equipment Monitoring rastreia e analisa os dados de produção, fornecendo o estado das operações de mineração em tempo real e monitora as condições do equipamento, contribuindo no agendamento de manutenções programadas, de forma que otimiza a eficiência.

O Sandvik Production Management oferece a visibilidade do processo de mineração a partir do rastreamento preciso e em tempo real da localização de unidades móveis. O sistema aumenta a produtividade da operação, por meio de um cronograma de produção.

O Production Management também gera relatórios complexos e fornece visualização 3D da mina.

A Sandvik Mining apresentou as tecnologias de automação aos clientes no início de março durante o evento Sandvik Mining Automation Days, realizado em Tampere, na Finlândia. As informações são de comunicado enviado ao mercado em 10 de março.



## **Governo autoriza reajuste de 9,3% nas tarifas de serviços dos Correios**

07/04/2015 - Fonte: Gazeta do Povo

O Ministério da Fazenda autorizou um reajuste linear de 9,3% nas tarifas e preços dos serviços postais de monopólio prestados pelos Correios. A decisão consta de portaria assinada pelo ministro Joaquim Levy publicada no Diário Oficial da União (DOU) desta terça-feira (7).

O documento autoriza os valores máximos a serem cobrados pela empresa. Os preços finais, no entanto, devem ser definidos pelo Ministério das Comunicações.

“O reajuste das tarifas dos serviços postais e telegráficos, nacionais e internacionais, prestados exclusivamente pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT deverá ser aprovado pelo Ministério das Comunicações. Qualquer outro reajuste das tarifas somente poderá ser implementado depois de decorridos 12 meses, no mínimo, ressalta o documento.

Segundo a portaria, a tarifa da carta comercial de até 20 gramas, por exemplo, não poderá exceder o valor de R\$ 1,40. Já os telegramas internacionais para o grupo 1 de países não poderá custar mais que R\$ 1,08, por palavra.

## **Empresários e trabalhadores pedem mudanças para recuperação da indústria**

07/04/2015 - Fonte: Agência Brasil

Entidades sindicais e de empresários lançaram hoje (6), na capital paulista, uma coalizão em defesa da recuperação da indústria da transformação. O manifesto, assinado por 32 organizações, destaca que o segmento representava 35% do Produto Interno Bruto (PIB, soma de todos os bens e serviços produzidos no país), na década de 1980 e, desde então em queda, chegou a 12% de participação.

A perda de competitividade é apontada como a principal razão para esse decréscimo. O documento pede mudanças em fatores como câmbio, juros e carga tributária.

Para o presidente da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq), Carlos Pastoriza, a desvalorização da indústria nacional impede o desenvolvimento do país.

“Este é um grito de alerta à sociedade e ao governo sobre a destruição que a indústria sofre, por conta de situações macroeconômicas que tornam inviáveis a fabricação competitiva de manufaturas.”

Entre as centrais que compõem a coalizão estão a Força Sindical, a Central Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB) e a União Geral dos Trabalhadores (UGT). O Sindicato dos Metalúrgicos da Região do ABC, ligado à Central Única dos Trabalhadores (CUT), também assina o manifesto.

De acordo com os organizadores, as entidades empresariais que formam o grupo representam 50% do faturamento da indústria de transformação e as entidades sindicais reúnem 4,5 milhões de trabalhadores.

Pastoriza destacou que o movimento é horizontal, e não partidário. Apesar da afirmação, o tom do lançamento foi de crítica ao governo federal. O presidente da CGTB, Ubiraci Dantas de Oliveira, classifica de catastrófica a situação atual da indústria. “Temos capacidade de mudar o Brasil.

Se formos às ruas com determinação, em defesa do emprego, essa pátria merece a vontade do povo, e não a vontade de meia dúzia de sanguessugas”, afirmou. Ele reforçou que a coalizão não definiu posição contrária ao governo, mas a central dirigida por ele defende a saída da presidenta Dilma Rousseff.

O presidente da Força Sindical, Miguel Torres, criticou os ajustes fiscais do governo federal. “São políticas distorcidas. Tem problemas no seguro-desemprego, na pensão por morte, no abono, mas não é tirando direitos do lado mais fraco que vai resolver”, disse Torres, referindo-se às Medidas Provisórias 664 e 665, que alteram critérios para concessão de benefícios trabalhistas e previdenciários. Ele destacou a unidade conquistada entre empresários e trabalhadores e disse que os próximos passos da coalizão ainda serão discutidos.

Os signatários do manifesto não definiram os meios para chegar a melhores condições nos três pontos definidos: câmbio, juros e carga tributária. “Não discutimos isso. Como fazer é com o governo. O que nós deixamos muito claro é do que o país precisa para ser sistemicamente competitivo”, afirmou.

O presidente da Associação Brasileira da Indústria de Materiais de Construção (Abramat), Walter Cover, destacou que a proposta do grupo sobre os impostos, por exemplo, é que eles não aumentem mais. Quanto aos juros, o grupo defende que fiquem próximos de patamares internacionais, abaixo de 2%.

Cover falou ainda sobre a necessidade de uma política cambial que permita o crescimento das exportações brasileiras. “Isoladamente, a sobrevalorização do real em relação ao dólar [talvez] tenha sido o que mais prejudicou a indústria. Por que não podemos ter uma política cambial? Não é difícil imaginar um dólar que permita maior competitividade da indústria, pelo menos a curto prazo”, questionou.

A **Agência Brasil** procurou a assessoria de imprensa da Secretaria-Geral da Presidência da República e aguarda posicionamento da pasta

## **Pedidos de falência crescem 57,3% em março, indica Serasa Experian**

07/04/2015 - Fonte: Agência Brasil

Os pedidos de falência em todo o Brasil somaram 140 em março. O número de pedidos representa alta de 57,3% do total registrado em fevereiro, quando 89 requerimentos foram processados. Os dados são do Indicador Serasa Experian de Falências e Recuperações. Na comparação com o mesmo período do ano passado, houve aumento de 6,1%.

Dos pedidos feitos, 69 referem-se a micro e pequenas empresas; 32 a firmas de médio porte e 39 a grandes companhias.

Os economistas da Serasa Experian justificaram a alta como sendo “reflexo tanto do maior número de dias úteis em relação a fevereiro [o carnaval deste ano caiu no segundo mês do ano], quanto das crescentes dificuldades financeiras das empresas, sendo em vista o atual quadro econômico recessivo, combinado com altas da inflação, dos juros e da taxa de câmbio”.

Também aumentaram as solicitações de recuperação judicial, que totalizaram 75 requerimentos – resultado 78,6% maior que o de fevereiro, quando foram feitos 42 pedidos. A maior parte dos pedidos veio de micro e pequenas empresas (50). As médias empresas apresentaram 18 requerimentos e as grandes, 7.

## Após conversa com Levy, Jucá propõe unificar alíquota de ICMS

07/04/2015 - Fonte: Portal Contábil

Na tentativa de retomar a discussão da reforma tributária, o senador Romero Jucá (PMDBRR) vai apresentar nesta terça-feira (7), aos líderes partidários da Casa uma nova proposta para unificar as alíquotas do ICMS.

A intenção do projeto é atrelar a redução das alíquotas à criação de compensações feitas pelo governo federal. O texto tem por objetivo tentar acabar com a guerra fiscal entre os Estados.

Jucá apresentará uma emenda ou um substitutivo ao projeto aprovado, dois anos atrás, pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) que alterava as alíquotas do ICMS. Senadores já foram consultados da proposta do peemedebista e avaliaram como positiva para deslançar as discussões da reforma tributária.

O texto de Jucá prevê que as alíquotas dos Estados serão reduzidas, gradativamente, para 4% ou 7% em oito anos, desde que o governo injete recursos para compensar as perdas.

O ministro da Fazenda, Joaquim Levy, apresentou nesta segunda a Jucá as linhas gerais de uma proposta alternativa de reforma do ICMS. No encontro, Levy anunciou que o governo apresentará, até o fim de maio, um projeto para equalizar perdas dos Estados com uma eventual aprovação da unificação das alíquotas do ICMS.

Os dois caminhos cogitados são a criação de fundos de compensação ou a adoção de planos de investimentos específicos para ajudar na redução das receitas de cada uma das unidades da Federação. O governo estuda até editar uma medida provisória nos moldes do que fez em 2013, quando enviou o pacote original de reforma tributária ao Congresso.

Pacto federativo. A intenção do ministro da Fazenda é envolver o Senado, Estados e o Distrito Federal, por meio do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), e o governo federal na negociação de um novo pacto federativo.

Nos bastidores, Levy quer ganhar tempo para, pelo menos, apresentar nesta sexta-feira aos secretários estaduais de Fazenda a proposta de reforma do ICMS que contemple todos os eixos: a convalidação dos incentivos fiscais, o indexador das dívidas, a uniformização da alíquota do ICMS e as receitas para compensar os Estados pelas mudanças.

Com o aceno, o governo tenta confirmar o acordo fechado na semana passada para garantir nesta terça a votação da proposta que altera o prazo de 30 dias para a regulamentação da lei que alterou o indexador da dívida dos Estados e municípios.

Pelo novo acerto, a entrada em vigor do novo fator de correção das dívidas só começaria a vigorar a partir do dia 31 de janeiro de 2016, após a aprovação do ajuste fiscal deste ano. Se for aprovado, o texto voltará para a Câmara.

Os senadores da base aliada e da oposição, entretanto, também pretendem votar o projeto que trata da convalidação dos incentivos fiscais já concedidos por Estados e municípios. O tema está no Supremo Tribunal Federal, que, a qualquer momento, pode editar uma súmula vinculante declarando ilegais todos os incentivos já concedidos.

O líder da maior bancada do Senado, Eunício Oliveira (CE), é a favor da votação da proposta, independentemente de o governo apresentar alternativas à votação. "A

convalidação é retroativa a maio de 2014 e, portanto, ela não altera em absolutamente nada qualquer ajuste fiscal do Brasil. A não ser que a Fazenda queira a saída de todas as empresas do Nordeste, e acho que não é essa a intenção da Fazenda”, disse.

### **Comissão especial sobre mudanças no Supersimples será instalada nesta tarde**

07/04/2015 - Fonte: Portal Contábil

Será instalada nesta terça-feira (7) a comissão especial da Câmara dos Deputados que analisará os Projetos de Lei Complementar (PLPs) 25/07, que amplia o parcelamento de débitos do Supersimples. Na reunião, serão eleitos o presidente e os vice-presidentes do colegiado.

A proposta teve regime de urgência aprovada pelo Plenário da Câmara no último dia 24 de fevereiro. Ela tramita apensada a outras 26, incluindo o PLP 448/14, que reorganiza o sistema de cobrança do Supersimples, elevando em até 400% o teto de receita anual para enquadramento de micro e pequenas empresas no regime tributário reduzido.

A votação da proposta é defendida pelo ministro da Secretaria da Micro e Pequena Empresa, Guilherme Afif Domingos. Ele critica o sistema de faixas do Simples atual e sugere a adoção de uma tabela progressiva, como a do Imposto de Renda da Pessoa Física.

Um estudo encomendado pela secretaria, feito por quatro instituições (FGV, Fundação Dom Cabral, Fipe e USP), mostra que as micro e pequena empresas, com faturamento até R\$ 3,6 milhões, representam 95,3% das empresas brasileiras e 14,5% do faturamento nacional.

Cerca de 85% das empresas optantes pelo Simples estão, atualmente, nas primeiras três faixas. O que, na opinião de Afif, é reflexo do receio das empresas em crescer para não sofrer um grande impacto tributário. A instalação da nova comissão especial está marcada para as 14h30, no plenário 16.

### **Indústria cresce em oito estados em fevereiro, apesar de queda nacional**

07/04/2015 - Fonte: Gazeta do Povo

A produção industrial cresceu em oito dos 14 locais pesquisados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) na passagem de janeiro para fevereiro deste ano, apesar da queda de 0,9% na média nacional. As maiores altas foram observadas no Pará (3,4%) e em Goiás (3,2%), segundo dados da Pesquisa Industrial Mensal – Produção Física Regional divulgados hoje (7).

Outros estados com crescimento na produção industrial foram Paraná (2,4%), Amazonas (2,2%), Rio Grande do Sul (1,6%), Ceará (1,1%), São Paulo (0,3%) e Santa Catarina (0,2%). A queda nacional foi influenciada por recuos na produção em seis locais, entre eles o Rio de Janeiro, que teve o pior desempenho (-7,1%).

De janeiro para fevereiro, também foram observadas quedas na Bahia (-6,4%), Pernambuco (-2,3%), Minas Gerais (-1,9%), Nordeste (-0,7%) e Espírito Santo (-0,4%). Nos demais tipos de comparação, o IBGE analisa também o estado de Mato Grosso, além dos 14 locais.

Na comparação de fevereiro deste ano com o mesmo período do ano passado, houve recuo em 12 dos 15 locais pesquisados, com destaque para a Bahia (-23,2%) e Amazonas (-18,9%). Entre os três locais com alta, a maior taxa ficou com o Espírito Santo (25,6%).

No acumulado do ano e no acumulado de 12 meses, houve queda na produção em 11 locais, ao mesmo tempo em que foi registrado crescimento em quatro locais.

## **Brasil cai 14 posições no ranking global de comércio eletrônico em 2015**

07/04/2015 - Fonte: Gazeta do Povo

*Em 2014, o varejo online brasileiro movimentou US\$ 13 bilhões e cresceu 18%, o que fez do Brasil o 9º maior mercado em vendas entre 98 países analisados.*

Afetado pela estagnação da economia em 2014 e pela perspectiva de recessão neste ano, o Brasil despencou no ranking global do varejo online.

Entre 2014 e 2015, o país perdeu 14 posições, saindo do 7º para o 21º lugar numa lista dos 30 principais países com maior atratividade no comércio eletrônico, segundo a consultoria A.T. Kearney, responsável pelo Índice de E-Commerce de Varejo Global 2015.

O tombo do país nesse ranking só foi superado pelo da Argentina, que já está em recessão, caiu 18 posições e agora é o penúltimo país da lista, à frente apenas da Irlanda. "Não esperávamos uma queda tão forte", afirma a sócia da consultoria para área de bens de consumo e varejo, Priscilla Seki.

Ela observa que a retração do Brasil foi muito influenciada pela conjuntura econômica. Para o cálculo do indicador que considera 9 variáveis, agrupadas em tamanho do mercado online, comportamento de compra do consumidor, potencial de crescimento e infraestrutura, a expectativa da consultoria é de retração de 1% do **Produto Interno Bruto (PIB)** este ano.

### **Mercado**

Apesar do tombo por questões conjunturais, Priscilla pondera que o país é mercado importante para o comércio online. Em 2014 o varejo online brasileiro movimentou US\$ 13 bilhões e cresceu 18%.

Isso fez do Brasil o 9º maior mercado em vendas entre 98 países analisados pela consultoria. Ela destaca que o brasileiro é muito conectado, com 106 milhões de usuários de internet e 60 milhões de consumidores online.

Para Gerson Rolim, diretor da Câmara Brasileira de Comércio Eletrônico, o varejo online brasileiro deve crescer 20% este ano, apesar da crise. É que em períodos de enfraquecimento da economia, como foi em 2009, o setor avança porque as pessoas pesquisam preços antes de comprar e essa prática é mais fácil no comércio online.

O executivo pondera também que, como o ranking é feito a partir do faturamento em dólar, com a desvalorização do real, o mercado brasileiro encolheu em moeda estrangeira. De acordo com a consultoria, o tamanho do mercado pesa 40% no cálculo do indicador.

Quanto às deficiências em infraestrutura, elas também são consideradas no índice, mas Priscilla diz que influenciou pouco no resultado porque o mercado está concentrado no Sudeste do País, a região dotada de melhor infraestrutura.

### **Topo**

Neste ano, os Estados Unidos retomaram a liderança do ranking do varejo online, posto que era ocupado pela China desde a crise de 2009. Priscilla observa que os EUA se destacaram devido ao crescimento da economia do país e à maior confiança do consumidor. No ano passado, o comércio online americano cresceu 15%.

A sócia da consultoria atribui uma parcela da queda do Brasil no ranking à evolução positiva das economias desenvolvidas, como os EUA e países europeus que até pouco tempo atrás estava debilitados pela crise e agora começam a avançar.

Países asiáticos, como Japão, Coreia do Sul também perderam posições no ranking global deste ano e o motivo para o recuo, além do avanço de outras economias desenvolvidas, é uma certa saturação desses mercados. No ano passado, as vendas globais online atingiram US\$ 800 bilhões e cresceram 20%.

### **Iveco vai investir R\$ 650 milhões em nacionalização**

07/04/2015 - Fonte: Usinagem Brasil

A Iveco vai investir R\$ 650 milhões até o fim de 2016. A principal fatia dos recursos será destinada à nacionalização dos caminhões produzidos na fábrica de Sete Lagoas, em Minas Gerais, segundo notícia publicada pelo jornal Valor Econômico.

Em média, os veículos da montadora já contam com índice de nacionalização superior 60%, mas a empresa pretende elevá-lo para 70 ou 80%. O objetivo é precaver-se contra as variações do dólar, ganhar flexibilidade na administração dos fluxos de produção e atrair o maior número possível de fornecedores para o entorno da fábrica.

“Estamos falando de investimentos para tornar a Iveco mais brasileira do que já é”, disse em entrevista ao Valor Vilmar Fistarol, presidente na América Latina da CNH Industrial, o braço do grupo Fiat que absorveu a Iveco na reestruturação promovida pela multinacional Italiana que separou o negócio de automóveis das operações dos veículos comerciais, tratores agrícolas e máquinas de construção.

Segundo Fistarol, o grupo está em negociação com fabricantes de autopeças que poderão se instalar no distrito de fornecedores recém-criado ao lado da fábrica mineira.

Em outubro a empresa realizou o primeiro encontro com 40 empresas interessadas em assumir parte do volume de compras que soma R\$ 1,7 bilhão a cada ano. Na primeira etapa do projeto, pretende-se colocar 20 empresas no parque de fornecedores. Sete delas já reservaram espaço no local.

A ideia é levar para lá fabricantes de peças cuja escala e complexidade logística justifiquem a proximidade às linhas de montagem. Entre os itens que estão nos planos de produção local da marca, estão os sistemas mecânicos das cabines dos caminhões, além de peças de chassi, transmissão e suspensão atualmente importadas da Europa ou da China.

O restante dos investimentos previstos para o Brasil será dividido em atividades de pesquisa e desenvolvimento, modernização da fábrica, treinamento de pessoal e atualização de produtos.

### **Setor de ferramentas fecha trimestre em forte queda**

07/04/2015 - Fonte: Usinagem Brasil

O setor de ferramentas encerrou o primeiro trimestre de 2015 em forte queda. O balanço ainda não está finalizado, o que acontecerá na próxima reunião da ABFA - Associação Brasileira da Indústria de Ferramentas, Abrasivos e Usinagem no próximo dia 8 de abril.

“Estamos fechando em queda acentuada, conforme infelizmente já se previa no início deste ano. Quando nossos associados falam em pequena queda estão se referindo a 15%”, comenta Milton Rezende, presidente da entidade e do Sinafer.

O dirigente observa que as perspectivas não são boas e, como as medidas tomadas não trouxeram nenhum alento, não é possível até aqui ter alguma expectativa de melhora do ambiente de negócios ao longo do ano. Diante desse quadro, Rezende avalia que o setor deve fechar este exercício com retração semelhante à registrada no ano passado, na faixa dos 15%.

Mesmo o aumento da taxa de câmbio ainda não trouxe alívio ao setor. Rezende observa que isso deve ocorrer apenas no médio prazo. No caso das exportações, com o dólar tão aquém da realidade, os negócios estavam completamente paralisados e é necessário um período para que as empresas refaçam seus contatos no Exterior e reconquistem mercados.

Já no caso das importações, Rezende destaca dois aspectos. O primeiro é o impacto que causou no custo da matéria prima (nos últimos seis meses a desvalorização do real acumula cerca de 50%), com aumento significativo dos custos do fabricante nacional, somando-se aos aumentos de custos de mão de obra e energia, entre outros.

O outro aspecto refere-se à concorrência de produtos estrangeiros no mercado interno. Para as empresas colherem os benefícios do aumento da taxa de câmbio também é uma questão de tempo.

Por enquanto, como os importadores estavam estocados, o que se verifica no mercado é a ocorrência de uma espécie de liquidação visando a conquista dos poucos negócios que estão surgindo, com ofertas de produtos que foram importados a preços inferiores. “Os benefícios só virão quando houver a reposição dos estoques, comprados com o dólar a R\$ 3,10 – 3,20”, comenta.

**FEIMAFE** - Para Rezende, a realização da Feimafe, de 18 a 23 de maio, deve contribuir para que o setor possa ter uma ideia mais clara das perspectivas da indústria para este ano. “É uma feira bem conhecida, com público cativo, que deve comparecer para ver as novidades em máquinas e ferramentas.

A Feimafe é uma vitrine das novidades tecnológicas em máquinas, ferramentas, automação do mundo inteiro”. O dirigente lembra que a ABFA e o Sinafer estarão com estande na feira para dar apoio aos associados, inclusive disponibilizando salas para reuniões com clientes.

## Consumo de aço no País deve voltar ao patamar de 2007

07/04/2015 - Fonte: Usinagem Brasil

Capacidade x Demanda					
Consumo e Capacidade de Aço Bruto / Excedente de Capacidade Nacional					
	2010	2011	2012	2013	2014
A – Capacidade Instalada de Produção em Aço Bruto	44,6	47,8	48,4	48,4	48,8
B – Demanda Interna Prevista (em aço bruto equivalente)	29,0	27,8	28,0	29,4	27,4
C – Sobra de Capacidade em relação à demanda doméstica (A-B)	15,6	20,0	20,4	19,0	21,4
D – Sobra de Capacidade em relação à demanda doméstica (C/B)	54%	72%	73%	65%	78%

Unid: milhões de t

INSTITUTO AÇO BRASIL

O consumo aparente de aço no Brasil deve fechar o ano de 2015 com queda de 7,8% em relação a 2014, atingindo 22,7 milhões de toneladas, patamar próximo ao registrado em 2007. Estas previsões são do Instituto Aço Brasil que estima ainda que as vendas internas irão cair 8,0% este ano, para 19,1 milhões de toneladas.

As importações deverão atingir 3,7 milhões de toneladas, representando queda de 6,3%. Apesar das condições adversas do mercado internacional, as exportações deverão atingir 13,5 milhões de toneladas, representando 38,1% a mais do que no ano passado, basicamente face às remessas de semiacabados.

De acordo com a entidade, "estes números são reflexo da deterioração do cenário político-econômico nacional e da contínua perda de competitividade sistêmica que atinge a indústria brasileira do aço, assim como seus principais setores consumidores".

Custo de energia elétrica, elevada carga tributária, custo do capital, cumulatividade de impostos e cambio são alguns dos fatores que impactam a competitividade da indústria de transformação brasileira.

"Mantidas essas condições, as usinas brasileiras de aço continuarão a ter dificuldades na competição com importados e na exportação, fazendo com que permaneçam operando com baixo nível de utilização de sua capacidade instalada", informa o IABr, em comunicado de imprensa para divulgar o 26º Congresso Brasileiro do Aço & ExpoAço, que será realizado de 12 a 14 de julho, no Transamerica ExpoCenter, em São Paulo.

Conforme a entidade, a mudança do atual cenário representa um grande desafio, devido às assimetrias competitivas e as questões conjunturais, como o fraco desempenho da economia do País e a existência de grande excedente de capacidade instalada de produção de aço no mundo, que subiu para 700 milhões de toneladas, segundo dados da Worldsteel Association.

## **GE investe em centros de serviços para aerogeradores**

07/04/2015 - Fonte: Usinagem Brasil

Para atender à demanda da energia eólica no Brasil e à importância da fonte de geração para a diversificação da matriz elétrica nacional, a GE irá construir dois novos centros de serviços focados na operação e manutenção de aerogeradores, com geração de cerca de 100 novos postos de trabalho.

Os centros de apoio contarão com técnicos e engenheiros da GE dentro de complexos eólicos operados pela Casa dos Ventos e outros clientes na Chapada do Araripe (PI e PE) e em Garanhuns (PE).

Atualmente, GE e Casa dos Ventos possuem três empreendimentos eólicos em construção. Um deles é o complexo Tianguá, no Ceará, que conta com 77 aerogeradores.

Os outros dois empreendimentos estão em andamento na região de Garanhuns, em Pernambuco, que receberá 233 aerogeradores, sendo 107 para o complexo Santa Brígida, em fase de montagem, e o restante (126), para o Complexo São Clemente. Ao todo, cerca de 530 MW de energia serão gerados pelos três projetos, quantidade suficiente para abastecer cerca de 500 mil residências.

Para a GE, a abertura dos novos centros de apoio aumentará a agilidade e flexibilidade do serviço prestado pela companhia ao cliente.



"A extensão do nosso braço de serviços em colaboração com a Casa dos Ventos reforça a confiança de ambas as empresas na expansão da energia eólica no Brasil de modo contínuo e sustentado", diz Jean-Claude Robert, gerente geral da divisão de energias renováveis da GE para a América Latina.

Com recentes investimentos em unidades de apoio a Operação e Manutenção, hoje a GE já conta com dois centros de serviços próprios em operação, na Bahia e no Rio Grande do Norte, empregando cerca de 50 funcionários cada. Atualmente, mais de 900 turbinas GE estão em operação ou instalação no Brasil.

## **Atualização de tabelas se deve a IPI e aumento de custo, dizem montadoras**

07/04/2015 - Fonte: Valor Econômico

A escalada dos custos de produção e a retirada total dos descontos no Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) são os maiores responsáveis pelo aumento nos preços dos carros neste ano, segundo as montadoras. Em nota encaminhada ao Valor, a Volkswagen diz que o repasse do aumento de custos foi "inevitável" mesmo em um momento de retração de mercado.

A Fiat, assim como a General Motors (GM), atribui o reajuste realizado no início do ano, principalmente, à retirada dos descontos no IPI, que teve um impacto de 4,4% nos preços dos carros populares (de motor 1.0 bicombustível) e de 2% nos modelos acima dessa motorização, até 2.0.

A montadora italiana, contudo, afirma que "adequou sua política comercial", concedendo bonificações e juros reduzidos, quando as vendas caíram drasticamente.

A Ford diz que os preços de seus carros subiram por conta dos repasses do retorno das alíquotas cheias do IPI e do aumento de custos. A montadora diz, porém, que o repasse dos custos de produção foi parcial, aquém da inflação das matérias-primas. Quinta marca mais vendida no primeiro trimestre, a Hyundai confirma que atualizou em janeiro a lista de preços para a família HB20, citando como justificativa, além do IPI, a introdução de melhorias ligadas à eficiência energética do carro e, em menor escala, o encarecimento de alguns insumos, como resultado da inflação e da variação cambial.

A Toyota, apesar do aumento médio de 4,6% dos modelos Etios e Corolla nas concessionárias, ressalta que sua política de preços visa a manutenção do equilíbrio entre a competitividade de sua linha e a sustentabilidade econômica de suas operações.

A também japonesa Nissan afirma que, fora o aumento do IPI, "que afeta diretamente o preço dos automóveis", o reajuste da nova geração do hatch compacto March se deve à evolução tecnológica do veículo, que ganhou motor de três cilindros na versão 1.0, além de sistema de partida a frio e tanque cheio de etanol, sem o auxílio do tanquinho de gasolina que fica debaixo do capô.

A Peugeot e a Citroën, marcas do grupo PSA, afirmam, em notas separadas, que os modelos Peugeot 208 e Citroën C3 tiveram nos últimos 12 meses reajustes inferiores à média do mercado.

Citam entre as justificativas aos últimos aumentos o efeito combinado da inflação e desvalorização do real frente ao dólar e euro. Procuradas pelo Valor, Honda e Renault não retornaram para comentar o assunto.

## **Executivos da mineração mundial acreditam no crescimento em 2015**

07/04/2015 - Fonte: INDA

Afetados pela guerra do minério de ferro, pelo menor crescimento da economia chinesa e pela queda dos preços, os CEOs da mineração naturalmente estão reticentes sobre o futuro.

No entanto, segundo o relatório feito pela PricewaterhouseCoopers (PWC), a maioria acredita que em 2015 eles conseguirão aumentar o faturamento da empresa. Apesar das ameaças, que 72% dos CEOs acreditam terem crescido, eles estão confiantes nos lucros futuros.

A maioria ainda olha para a China como uma solução para o crescimento da empresa, mas começa, também, a planejar com olhos nos Estados Unidos, Comunidade Europeia e Índia.

As grandes preocupações continuam a ser os impostos elevados, problemas políticos regionais, países que talvez não honrem suas dívidas e a corrupção. A grande maioria (84%) está preocupada com mudanças nas leis da mineração que alguns países, como o Brasil, estão implementando.

Os executivos investem em novas tecnologias e pensam fazer alianças em 2015, como uma forma de reduzir os riscos. A maioria (72%) vai continuar a cortar custos e otimizar a empresa.

Mesmo sob pressão, 50% dos CEOs deverão contratar novos funcionários sendo que 60% buscam talentos que possam somar.

## **Exportação de placas de aço produzidas no estado rende R\$ 1,5 bilhão à Arcelormittal**

07/04/2015 - Fonte: INDA

Segundo as demonstrações financeiras divulgadas na última semana pela ArcelorMittal Brasil, a empresa apresentou uma receita de R\$ 17,9 bilhões em 2014, 8,2% superior ao resultado do ano anterior. O volume de vendas atingiu 8,9 milhões de toneladas, alta de 10% na comparação com o ano anterior.

Ainda de acordo com o balanço, o aumento das exportações de placas com a retomada do Alto-Forno 3, na unidade da ArcelorMittal Tubarão, em Vitória, a partir de julho, associado a outros fatores, contribuiu para os bons resultados globais.

Além do aumento das exportações de placas, o lucro líquido consolidado no exercício foi de R\$ 1,49 bilhão, impactado também por outros três importantes fatores: o reconhecimento do crédito tributário sobre o prejuízo fiscal e base negativa, a redução das despesas de depreciação dos equipamentos e a venda de excedente de energia para o mercado.

“Em 2014, avançamos em uma série de ações e projetos para suportar o fortalecimento da nossa posição de liderança e o crescimento futuro.

Demos continuidade aos projetos de expansão da capacidade de aço bruto, laminados e aços especiais, ampliamos a rede de distribuição e investimos na melhoria contínua de processos, produtos e soluções”, afirma o presidente da ArcelorMittal Brasil, Benjamin Baptista Filho.

## **América Latina: importações chinesas de aço laminado crescem 41% em jan-fev 2015, aponta Alacero**

07/04/2015 - Fonte: INDA

A crescente importação da China continua a afetar a região. Durante o primeiro bimestre de 2015, China exportou para o mundo 16,4 milhões de toneladas de aço laminado, subindo 17 pontos a mais (+ 58%).

Desse volume total, 1,7 milhões de toneladas chegaram para América Latina, tendo aumentado em 41% em relação à jan-fev 2014.

Alacero - Santiago, Chile —Nos dois primeiros meses de 2015, a China enviou 1,7 milhões de toneladas de aço laminado para América Latina, 41% mais do que os 1,2 milhões de toneladas registrados no mesmo período de 2014.

Da mesma forma, as exportações de aço laminado da China para o mundo continuam a aumentar e atingiram 16,4 milhões de toneladas em jan-fev de 2015, 58% a mais que nos mesmos meses de 2014.

A participação em 2015 da América Latina no total das exportações da China foi de 10,4%, uma redução de 1 ponto percentual no que respeita a jan-fev de 2014 (11,4%).

A região apenas é superada pela Coreia do Sul, país que recebeu 2,1 milhões de toneladas (uma participação de 13% do total) nesse período. O terceiro destino é Vietnã, que recebeu 1,4 milhões de toneladas (9% do total).

Em fevereiro de 2015, América Latina recebeu 625 mil toneladas de aço laminado da China, uma queda de 42% em relação a janeiro de 2015 (1,1 milhões de toneladas), mas registou um aumento de 6% em relação a fevereiro de 2014 (588 mil toneladas).

Esta redução entre fevereiro e janeiro 2015 é explicado pelas festividades do ano nesse país. Importações de aço laminado da China por destino—Durante o primeiro bimestre de 2015, os principais destinos da América Latina para o aço laminado chinês foram: Brasil, que recebeu 271 mil toneladas (16% do total da região); México, que acumulou 248 mil toneladas (15%); e América Central com 243 mil toneladas (14%).

Os países que proporcionalmente mais aumentaram suas importações de laminados desde o país asiático em relação ao mesmo período de 2014 foram: Argentina (+ 792%), Cuba (+ 269%), México (+ 163%), Venezuela (+ 146%) e República Dominicana (+143%). Cuba, no entanto, mantém volumes de importação reduzidos.

México continua a experimentar um aumento constante em seus volumes de importações de aço laminado, consolidando-se como o segundo destino na América Latina, superando a América Central (248 mil toneladas) e Chile (230 mil toneladas).

Importações da China por produtos — 58% do aço laminado importado pela América Latina a partir da China durante janeiro-fevereiro 2015 foram produtos planos, que atingiram 991 mil toneladas. Entre estes, destacaram por seu volume: Folhas e bobinas de outros aços de liga (409 mil toneladas, 41% dos aços planos importados pela China) |.

Zincada a Quente (200 mil toneladas, 20%) |. Bobinas a frio (152 mil toneladas, 15%). Em relação aos aços longos, a China exportou para América Latina 613 mil toneladas principalmente concentradas em: Fio-máquina (251 mil toneladas, 41% de aços longos)|. Barras (243 mil toneladas, 40%).

Acero acabado o terminado: refere-se ao aço incluído em algum destes três grupos: produtos longos (vergalhões, barras, fio-máquina, perfis, trilhos etc.), aços planos (bobinas e chapas, folha de flandres, zincadas, pré-pintado, etc.) e tubos sem costura. América Central: Considera Guatemala, Belize, Honduras, El Salvador, Nicarágua, Costa Rica e Panamá.

## **Consumo de energia elétrica no país deve cair 0,5% este ano, projeta EPE**

07/04/2015 - Fonte: Valor Econômico

A Empresa de Pesquisa Energética (EPE) revisou para baixo a previsão de consumo de energia elétrica do país em 2015. Segundo resenha mensal da empresa, divulgada ontem, o consumo de energia no ano deve recuar 0,5% na comparação com ano passado. A EPE havia projetado anteriormente um aumento de 3%.

Foi a primeira vez que o governo divulgou projeção oficial sobre modificação de cenário no consumo de energia no ano, após várias sinalizações de que a mudança poderia acontecer. Com a revisão, o consumo de energia projetado para 2015 é de 470,9 terawatts-hora (TWh). Um TWh equivale a 1.000 gigawatts/hora (GWh).

A projeção anterior era de 487,5 TWh. Uma combinação de fatores levou à nova projeção, segundo a EPE: queda na expectativa de crescimento econômico, cortes nos gastos públicos, juros mais elevados e crédito mais restrito e reprogramação de projetos de investimento, entre eles o da Petrobras.

Também colocaram para a nova projeção o aumento das tarifas de energia, devido às revisões extraordinárias e às bandeiras tarifárias, e as campanhas para racionalização do consumo. Houve revisões nas estimativas para cada um dos segmentos de energia. No caso de consumo residencial, a projeção passou de aumento de 5,2% para expansão de 2,5%, ou seja, 135,3 TWh.

A projeção de recuo do consumo de energia da indústria foi revisada de -0,6% para -4,4% este ano, em comparação com ano anterior. Com isso, o consumo industrial deve atingir 170, 2 TWh.

A projeção de consumo de energia comercial foi revisada de aumento de 6,1% para expansão de apenas 2,7%, no mesmo período, atingindo 92,3 TWh. No mês passado, o consumo de energia no país alcançou 40.489 gigawatts-hora (GWh), 2,2% menos que o observado em igual período do ano passado.

De acordo com a EPE, houve retração do consumo em todas as classes. A queda, segundo a empresa, foi motivada pelo menor número de dias úteis em fevereiro deste ano (o Carnaval em 2014 ocorreu em março e o deste ano em fevereiro), pelas temperaturas mais baixas em comparação com fevereiro de 2014 e pela retração na atividade econômica.

No caso do setor industrial, a queda da atividade da economia foi o principal motivo para o recuo de 4,6% no consumo de fevereiro em relação ao mesmo mês do ano passado. Considerando apenas o mercado livre de energia, a retração foi de 5,6%.

Na comparação do consumo de fevereiro com janeiro, houve crescimento de 1,6%. Segundo a EPE, essa expansão já era esperada, pois é típica do mês. De acordo com a EPE, residências e consumidores classificados no setor de comércio e serviços consumiram 19.858 GWh em fevereiro deste ano, menos de 1% em relação a igual período de 2014.

Foi a primeira redução de consumo registrada no segmento de baixa tensão desde abril de 2008. No acumulado do bimestre, o consumo de energia alcançou 81.148 GWh, volume 0,5% inferior ao mesmo período de 2014.

### **Produção industrial encolhe em 6 de 14 regiões em fevereiro, diz o IBGE**

07/04/2015 - Fonte: Gazeta do Povo

A redução de ritmo na produção industrial nacional na passagem de janeiro para fevereiro, já descontados os efeitos sazonais, foi acompanhada por seis dos 14 locais pesquisados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). No entanto, São Paulo, maior parque industrial do país, observou aumento de 0,3% na atividade nesta comparação.

A queda mais acentuada na produção foi no Rio de Janeiro (-7,1%). Trata-se do recuo mais intenso desde janeiro de 2012 (-12,7%) em relação ao mês imediatamente anterior. A Bahia, por sua vez, teve uma perda de 6,4%, o terceiro mês consecutivo de diminuição. Neste período, a queda acumulada é de 20,7%.

Pernambuco (-2,3%) e Minas Gerais (-1,9%) também mostraram recuos mais acentuados do que a média nacional (-0,9%), enquanto Nordeste (-0,7%) e Espírito Santo (-0,4%) completaram o conjunto de locais com índices negativos em fevereiro ante janeiro.

#### **Desempenho positivo**

Já o Pará (3,4%), Goiás (3,2%), **Paraná** (2,4%) e Amazonas (2,2%) assinalaram os avanços mais elevados. As demais taxas positivas foram observadas no Rio Grande do Sul (1,6%), Ceará (1,1%) e em Santa Catarina (0,2%), além de São Paulo (0,3%).

### **Governo autoriza reajuste de 9,3% nas tarifas de serviços dos Correios**

07/04/2015 - Fonte: Gazeta do Povo

O Ministério da Fazenda autorizou um reajuste linear de 9,3% nas tarifas e preços dos serviços postais de monopólio prestados pelos **Correios**.

A decisão consta de portaria assinada pelo ministro Joaquim Levy publicada no Diário Oficial da União (DOU) desta terça-feira (7). O documento autoriza os valores máximos a serem cobrados pela empresa. Os preços finais, no entanto, devem ser definidos pelo Ministério das Comunicações.

"O reajuste das tarifas dos serviços postais e telegráficos, nacionais e internacionais, prestados exclusivamente pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT deverá ser aprovado pelo Ministério das Comunicações.

Qualquer outro reajuste das tarifas somente poderá ser implementado depois de decorridos 12 meses, no mínimo, ressalta o documento.

Segundo a portaria, a tarifa da carta comercial de até 20 gramas, por exemplo, não poderá exceder o valor de R\$ 1,40. Já os telegramas internacionais para o grupo 1 de países não poderá custar mais que R\$ 1,08, por palavra.

## **Mineradoras estão próximas do limite**

07/04/2015 - Fonte: Diário do Comércio

A forte retração nos preços internacionais do minério de ferro está colocando em risco a lucratividade das mineradoras. Até mesmo as grandes companhias que mantêm custos operacionais mais competitivos em relação às empresas de menor porte estão chegando ao limite, de acordo com especialistas.

Em 2015, a cotação do minério de ferro está surpreendendo de forma negativa, ficando aquém do esperado. O preço no mercado *spot* (à vista) na China está em US\$ 47 a tonelada. Este é um dos menores patamares registrados nos últimos dez anos.

Levando em conta as despesas com frete, o preço está bem próximo do custo de grandes mineradoras, como, por exemplo, a Vale S/A. No ano passado, a tonelada entregue na China custava em média US\$ 46, conforme informações da companhia. Porém, desse total, US\$ 23,5 eram referentes ao custo caixa colocado nos portos e US\$ 22,6, à despesa do frete até o país asiático.

Com as margens em queda, as grandes mineradoras poderão mudar a estratégia de ampliar a oferta de minério de ferro no mercado transoceânico, na avaliação do analista da Tendências Consultoria, Felipe Beraldi. A ampliação da produção do insumo siderúrgico é um dos principais motivos para a retração na cotação verificada nos últimos meses.

Entre as medidas que na avaliação do especialista podem ser adotadas está a redução no ritmo do processo de comissionamento de grandes projetos em todo o mundo. Ou seja, as empresas tendem a levar um tempo maior do que o previsto para colocar suas novas operações em capacidade plena.

**Sobreoferta** - Isto se dá uma vez que, mesmo com a redução nos preços internacionais abaixo de US\$ 100, algumas mineradoras chinesas, subsidiadas pelo governo, mantiveram suas operações, resultando em sobreoferta. Os estoques nos países asiáticos chegaram a atingir patamares históricos nos últimos meses.

Com este cenário, de acordo com Beraldi, os preços deverão continuar pressionados em 2015. As projeções da Tendências Consultoria são que a cotação sofra uma retração de 37,3% ao longo do ano. O valor médio deverá ficar em US\$ 59 a tonelada.

O analista de investimentos Pedro Galdi concorda que os preços deverão continuar pressionados em 2015. Ele lembra que o cenário internacional é adverso, com a perda de ritmo da China, o que afeta diretamente os preços do insumo siderúrgico.

"Muitas mineradoras estão no seu limite, principalmente na China", afirma. Na avaliação do especialista, o cenário deverá resultar em uma redução no ritmo da produção.

**Paralisação** - A queda nos preços já causou "vítimas" em Minas Gerais. Recentemente, a Ferrous Resources do Brasil paralisou parcialmente duas minas na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH) e dispensou 179 trabalhadores.

Outra mineradora afetada pela queda nos preços foi a MMX Mineração e Metálicos. Desde o ano passado as operações no complexo Serra Azul, na RMBH, estão paralisadas. A subsidiária da companhia MMX Sudeste Mineração está em recuperação judicial.

O minério é o principal item da pauta de exportações de Minas Gerais. Em janeiro e fevereiro os embarques movimentaram US\$ 1,695 bilhão, ante US\$ 3,442 bilhões no

mesmo intervalo do ano passado. Isto representa queda de 50,7%, de acordo com informações do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (Mdic).

## **Regras para concessões podem destravar aportes em infraestrutura**

07/04/2015 - Fonte: Diário do Comércio

O Ministério do Planejamento divulgou nota ontem explicando que o Decreto nº 8.428, publicado ontem no "Diário Oficial da União (DOU)", define as regras para procedimentos de manifestação de interesse (PMIs) necessários para a realização de concessões de projetos de infraestrutura.

De acordo com a pasta, as mudanças irão ampliar a participação do setor privado na elaboração de estudos para projetos dos setores portuário, rodoviário, aeroportuário e ferroviário, além de garantir maior segurança jurídica para os interessados.

"O decreto torna mais ágil e mais clara a comunicação entre o mercado e o governo, e ajuda a destravar os investimentos porque o governo tem um rol de projetos que julga serem interessantes, mas podem existir outros que não estão no radar. Com isso, o setor privado ganha um canal mais ágil para fazer sugestões e propor novos investimentos", comentou na nota o ministro do Planejamento, Nelson Barbosa.

As aberturas de PMI ocorrerão por meio de editais de chamamentos público, que contemplarão também pessoas físicas. Após a apresentação dos projetos, o governo selecionará os melhores para balizarem as concessões dos empreendimentos.

A remuneração pelo trabalho de elaboração de projetos será feito pelo vencedor da concessão, e o teto para o pagamento é de 2,5% do valor estimado para o investimento.

"Todas as partes conhecerão melhor as etapas do processo e as regras do jogo, com isonomia e transparência. Com os PMIs estamos colocando gente especializada, com conhecimento do setor, para estudar o projeto, o que acelera o processo e melhora a qualidade dos estudos", disse o chefe de assessoria econômica do ministério, Manoel Pires.

De acordo com a pasta, atualmente, encontram-se em andamento PMIs para as rodovias BR-163/230 (MT/PA), BR-364/060 (MT/GO), BR-364 (GO/MG), BR-476/153/282/480 (PR/SC) e para outras seis ferrovias.

**Normatização** - O governo editou ontem decreto que dispõe sobre o PMI a ser observado na apresentação de projetos, levantamentos, investigações ou estudos, por pessoa física ou jurídica de direito privado, com o objetivo de subsidiar a administração pública na estruturação de empreendimentos objeto de concessão ou permissão de serviços públicos, de parceria público-privada, de arrendamento de bens públicos ou de concessão de direito real de uso.

Esse estudo seria a primeira fase de uma concessão e já era um instrumento utilizado, mas o decreto de hoje dá mais segurança jurídica ao setor privado, estabelecendo as regras para a realização do PMI.

Segundo o texto do do decreto, a abertura do PMI é facultativa para a administração pública. A proposta de abertura de PMI por pessoa física ou jurídica interessada será dirigida à autoridade competente e deverá ter a descrição do projeto, com detalhamento das necessidades públicas a serem atendidas e do escopo dos projetos, levantamentos, investigações e estudos necessários. O procedimento poderá ser aplicado à atualização, complementação ou revisão de projetos, levantamentos, investigações e estudos já

elaborados.

O decreto prevê que o PMI será composto pelas seguintes fases: abertura, por meio de publicação de edital de chamamento público; autorização para a apresentação de projetos, levantamentos, investigações ou estudos; e avaliação, seleção e aprovação.

O governo também limitou a 2,5% do valor total estimado para os investimentos necessários à implementação do empreendimento o eventual ressarcimento dos projetos, levantamentos, investigações ou estudos.

## **Malha metroferroviária aumentou 3% em 2014**

07/04/2015 - Fonte: Diário do Comércio

O país aumentou em apenas 3% sua malha metroferroviária em 2014, agregando mais 31 km às linhas existentes. O que aponta levantamento da Associação Nacional dos Transportadores de Passageiros sobre Trilhos (ANPTrilhos), que reúne as empresas administradoras de linhas de trem, metrô e VLT, divulgado ontem.

A expansão é mais ou menos semelhante à dos anos anteriores, quando a malha também subiu em ritmo lento. Mas, para 2014, havia uma grande esperança do setor já que era prevista a entrada em operação de cinco novas linhas de grande porte que seriam construídas para a Copa do Mundo.

Segundo a superintendente da ANPTrilhos, Roberta Marchesi, nenhuma das cinco linhas está em funcionamento e, com isso, se deixou de acrescentar quase 80 km de novas linhas ao sistema nacional que conta atualmente com 1 mil km. "A expansão foi pouca", afirmou.

O ritmo pequeno de entrada de novas linhas começa também a afetar o crescimento de passageiros do setor. Segundo ela, o setor vinha incorporando 10% a mais de passageiros ao ano até 2013. Em 2014, o número foi de apenas 4%.

**Ajuste fiscal** - Segundo a superintendente, os concessionários e empresas do setor se preocupam agora com o ajuste fiscal imposto pelo governo federal, que pode afetar 20 projetos que já estão em execução, com cortes de orçamento, e 18 que estão próximos de serem contratados.

Somente essas 38 novas linhas fariam o país ganhar mais 1.300 mil km, 130% a mais que a malha existente.

## **A nova bolha**

07/04/2015 - Fonte: Carta Capital

Por [Luiz Gonzaga Belluzzo](#)

Os "mercados" dedicam-se, mais uma vez, ao esporte radical de formação de novas bolhas: as bolsas americanas e os rendimentos nanicos dos bônus do Tesouro fumegam os vapores que sopram às alturas os preços dos ativos.

Nas horas vagas (nas outras também), os JP Morgan da vida entregam-se à bulha da recompra das próprias ações e mandam bala na distribuição de dividendos com a grana do Federal Reserve.



Analistas do Office of Financial Research, órgão criado pela lei Dodd-Frank para soar o alarme dos desarranjos financeiros, já antecipam “correções” dos preços inflados. Diz o relatório apelidado “Mercados Mercuriais” (Quicksilver Markets): quem aposta na elevação do juro da senhora Janet Yellen deveria levar em conta os efeitos do Quantitative Easing sobre os mercados secundários de ações e títulos de dívida, os soberanos e os privados.

Medida adequadamente, a relação preço/rendimento das ações tem cheiro de *crash*. A elevação brusca da taxa dos *Federal Funds* desataria uma forte desvalorização do monumental estoque de ativos financeiros existentes.

Nos emergentes, suas moedas inconversíveis já padecem as dores e as vantagens do “rearranjo de portfólios” que infla a bolha americana e valoriza o dólar. (As vantagens devem ser computadas na conta que apura o saldo líquido entre os ganhos dos exportadores de manufaturas e as perdas dos devedores “desprotegidos” em moeda estrangeira.)

A experiência das globalizações financeiras demonstra que os humores dos mercados financeiros globalizados impõem suas razões às políticas monetária e fiscal dos países de moeda inconversível que abrem suas contas de capital, surfam nos ciclos de crédito externo, permitem a valorização cambial e se tornam devedores em moeda estrangeira.

O plano apresentado por Keynes em Bretton Woods não só cuidava de contornar o inconveniente de submeter o dinheiro universal às políticas econômicas do país emissor, mas, sobretudo, estava concebido para impedir que a moeda internacional assumisse a função *reserva de valor*, forma final da riqueza, perigoso agente da “fuga para a liquidez”.

No plano Keynes não haveria lugar para a livre movimentação de capitais em busca de arbitragem ou de ganhos especulativos. Em 1944, em Bretton Woods, a utopia monetária de Keynes capitulou diante da afirmação da hegemonia americana que impôs o dólar – ancorado no ouro – como moeda universal investida na função perturbadora de reserva universal de valor.

Os títulos de riqueza denominados na moeda não conversível e os carimbados com o selo das moedas conversíveis são substitutos imperfeitos. Diante da hierarquia de moedas, o teorema da paridade descoberta das taxas de juro não funciona. Isso permite aos mercados financeiros prosseguir sem sustos na “arbitragem” entre juros internos e externos e sem convergência das taxas de juro, descontados os diferenciais de inflação esperada.

Nas últimas semanas, os comentários a respeito das desvalorizações generalizadas nos ditos emergentes insistiram na prevalência dos fatores “internos” em detrimento dos “externos”.

Mas, na era da abertura financeira turbinada, os fatores “externos” estão sempre abrigados nos “internos”, como parasitas nos intestinos. No banquete da grana abundante, os “externos” empanturram os gulosos. Quando a festa vira fome, sobram na barriga os protozoários das crises fiscais e monetárias.

Não há que descartar os desatinos fiscais e monetários dos governos. Mas há quem teime em ignorar os desastres fiscais e monetários no Brasil dos 1980 e 1990, no México em 1994, na Ásia em 1997, na Rússia em 1998, na Argentina em 2001 pelas “viradas de mesa” dos provedores privados de financiamento externo.

Pois, no surto recente de desvalorização do real, a grita dos sabichões da mídia atacou os fatores “internos”. Quando observam movimentos do câmbio, as pitonisas e sabichões

falam fiado de “fundamentos”, sempre prontos a proclamar que é preciso fazer um ajuste fiscal e elevar a taxa Selic.

Nos festivais eletrônicos de celebração dos “ajustes”, percebo os movimentos faciais dos profetas das telas: suas bochechas dançam à cata de um sestro entre o sorriso da Mona Lisa e o deboche do Coringa...

Amigos de tempos idos entupiram minha caixa de mensagens com comentários favoráveis aos palpites de celebrados e celebradas comentaristas de telejornais. Veja, caro leitor, como o País avançou.

Nos tempos do getulismo juscelinista, esses companheiros se engalfinhavam com Cícero, Júlio Cesar, Horácio e Virgílio, Juvenal, aqueles chatos que escreviam em latim, língua morta. No Brasil do século XXI, na posteridade da era Vargas, os rapazes não conseguem segurar o queixo diante da língua viva dos vivos da tevê.

## **Mercado em queda, novatos em alta**

07/04/2015 - Fonte: Automotive Business

Como a indústria automobilística tem ciclos longos, como reagem os novos empreendimentos diante de um cenário de retração econômica, dólar em alta e instabilidade política?

Depende de quem está empreendendo, conforme ficou claro com os depoimentos dos executivos do painel “**A evolução dos empreendimentos**”, que encerrou o **VI Fórum da Indústria Automobilística**, promovido por **Automotive Business** na segunda-feira, 6, em São Paulo. Boa parte das novas fábricas mantém previsão de crescimento, ainda que o mercado tenha perspectiva inversa, de queda.

Nissan e Toyota, por exemplo, falam em crescimento acima de 10% para 2015. A BMW, confiante no crescimento do mercado premium, também espera ampliação de mercado, especialmente quando sua fábrica de Araquari (SC) estiver em plena operação, até o fim deste ano.

Tudo em um cenário de estimativa de queda de 10% a 15% no total de vendas, com apostas entre 2,7 milhões e 2,9 milhões de veículos leves novos vendidos este ano.

Na avaliação de Vitor Klizas, diretor geral da consultoria IHS Automotive, apesar do cenário de contração de vendas, é preciso lembrar que o Brasil continua a ser um dos maiores mercados automotivos do mundo e isso justifica os investimentos, mesmo que no curto prazo as novas fábricas provoquem excesso de capacidade que já encosta nos 50% este ano.

As projeções da IHS consideram a volta do crescimento das vendas de veículos no País a partir de 2016, mas ainda em ritmo tímido, em torno de 2%. “O mercado brasileiro só deve voltar a superar 3,7 milhões de unidades depois de 2018”, projeta.

A Chery, que começou a produzir este ano em Jacareí (SP), é a única chinesa que efetivamente concretizou a promessa de fábrica no País até o momento, mas também é a primeira das novatas a enfrentar uma greve, deflagrada hoje.

“Passei a manhã sobre este problema, mas era mais do que previsível. Tínhamos certeza de que, quando começássemos a produzir, o sindicato tentaria mostrar que sabe bater. Só lamentamos o momento, que é delicado para quem está se implantando, como nós.

Não dá para atender a tudo que o sindicato pede. Esse é um momento em que precisamos de entendimento”, disse Luis Cury, vice-presidente da Chery Brasil.

A greve já havia paralisado, há uma semana, a fabricação de motores. “Foi parte da estratégia do sindicato impedir a entrega de um item essencial à fabricação do Celer”, apontou Cury. Mas esse não é o único problema que a chinesa enfrenta.

“A desvalorização do real diante do dólar nos prejudicou enormemente. Nós prevíamos ter de atingir uma nacionalização de componentes de 70% em cerca de dois anos, mas o câmbio obrigou essa nacionalização a acontecer agora para que nos mantenhemos competitivos. Hoje essa é a prioridade número um”, destacou.

Foi a alta do dólar, por exemplo, que impede a chegada da nova geração do QQ ainda neste semestre. “A necessidade de aumentar a taxa de nacionalização dos carros vai atrasá-lo”, diz Cury, prevendo o lançamento para depois de setembro.

## **CRISE**

A grande queixa dos executivos, mais do que o aumento do dólar, é a volatilidade da moeda. “Não saber com que taxa trabalhar é o que mais atrapalha”, diz Cury. Luiz Carlos Andrade Júnior, vice-presidente executivo da Toyota, complementa: “Até podemos ter uma boa taxa de nacionalização, mas isso não ajuda nada se os nossos fornecedores estiverem suscetíveis a essa volatilidade.”

A maior nacionalização também está nos planos do Grupo Caoa, que monta veículos Hyundai em Anápolis (GO), incluindo o minicaminhão HR e os SUVs Tucson e ix35. No segundo semestre está prevista a volta da produção do caminhão médio HD, desta vez com maior conteúdo nacional, incluindo o motor comprado no Brasil da FPT, o que vai garantir mais de 60% de itens nacionais em peso e valor, o suficiente para habilitar ao financiamento com taxas atrativas do BNDES Finame.

“Já temos um índice médio de nacionalização de 62% nos veículos que fazemos em Anápolis e conversamos com fornecedores para aumentar esse porcentual”, informa Antonio Maciel Neto, presidente do Grupo Caoa.

Apesar de não ter nenhum novo projeto em vista para a fábrica goiana, Maciel afirma que ainda há bastante espaço para crescer ali. “Temos capacidade para produzir até 80 mil unidades por ano em dois turnos, mas estamos produzindo cerca da metade disso em um turno. É possível avançar mais, é o que queremos”, disse, explicando que os contratos de produção com a Hyundai são feitos carro a carro.

As exportações, apontadas como tábua de salvação, especialmente agora com o real depreciado, não são uma solução tão simples. “É preciso ter produtos pensados para os mercados a atingir, coisa de médio a longo prazo”, diz Ronaldo Znidarsis, vice-presidente de vendas e marketing da Nissan. “Se eu pudesse pedir algo ao governo, seria para que ele estabeleça novos acordos comerciais com parceiros relevantes, a fim de incentivar as exportações”, diz Arturo Piñeiro, presidente da BMW do Brasil.